



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal / DF



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
Relatório de Gestão – Exercício 2009



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal / DF

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

Relatório de Gestão – Exercício 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009, da Portaria TCU nº 389/2009 e da Portaria CGU nº 2.270/2009.

BRASÍLIA/DF, MARÇO DE 2010.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
DRPRF – Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal
LOA – Lei Orçamentária Anual
MJ – Ministério da Justiça
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA – Plano Plurianual
PRF – Polícia Rodoviária Federal
SRPRF – Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
NAF – Núcleo Administrativo e Financeiro
NPF – Núcleo de Policiamento e Fiscalização
NCAI – Núcleo de Correição e Assuntos Internos
NAP – Núcleo de Administração de Pessoal
BSC – *Balanced Scorecard*

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS | 3 |
| SUMÁRIO | 4 |
| A – CONTEÚDO GERAL | 6 |
| 1. Identificação | 6 |
| 1.1. Identificação da unidade jurisdicionada..... | 6 |
| 2. Gestão orçamentária | 7 |
| 2.1. Responsabilidades institucionais | 7 |
| 2.2. Estratégia de atuação..... | 11 |
| 2.3. Programas | 11 |
| 2.3.1. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | 11 |
| 2.3.1.1. Ação 8623 – Reforma de bases operacionais e unidades | 11 |
| 2.3.1.2. Ação 1835 – Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação | 12 |
| 2.3.1.3. Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação | 12 |
| 2.3.1.4. Ação 7061 – Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária..... | 13 |
| 2.3.2. Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais | 14 |
| 2.3.2.1. Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal | 14 |
| 2.3.2.2. Ação 2524 – Capacitação do policial rodoviário federal | 14 |
| 2.3.2.3. Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais | 15 |
| 2.3.2.4. Ação 2816 – Serviço de inteligência da PRF | 17 |
| 2.3.2.5. Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais | 18 |
| 2.3.2.6. Ação 4526 – Operações especiais de combate ao crime nas estradas e rodovias federais | 18 |
| 2.3.2.7. Ação 8703 – Atividade correicional | 19 |
| 2.3.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo | 20 |
| 2.3.3.1. Ação 2000 – Administração da unidade | 20 |
| 2.4. Desempenho operacional..... | 21 |
| 2.4.1. Evolução das receitas e despesas..... | 21 |
| 2.4.2. Execução orçamentária | 24 |
| 2.4.2.1. Execução orçamentária de créditos originários..... | 24 |
| 2.4.2.2. Execução física e financeira | 243 |
| 2.4.2.3. Análise crítica da execução orçamentária | 243 |
| 2.4.3. Indicadores de desempenho | 244 |
| 2.4.3.1. Programa 0663 | 244 |
| 2.4.3.2. Programa 1386 | 244 |
| 2.4.3.3. Programa 0750 | 244 |
| 2.4.4. Análise do desempenho | 244 |
| 2.4.4.1. Programa 0663 | 244 |
| 3. Recursos Humanos | 26 |
| 3.1. Composição do quadro de recursos humanos..... | 266 |
| 3.2. Evolução de recursos humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009..... | 276 |
| 3.3. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos..... | 277 |
| 3.4 Análise Crítica sobre a situação dos recursos humanos..... | 288 |
| 4. Reconhecimento de passivos..... | 299 |
| 5. Pagamento de restos a pagar – exercício de 2009 | 30 |
| 5.1. Análise crítica sobre a gestão do pagamento de restos a pagar..... | 30 |

| | |
|--|-----------|
| 6. Transferências..... | 31 |
| 7. Previdência complementar | 31 |
| 8. Recursos externos..... | 31 |
| 9. Renúncias tributárias | 31 |
| 10. Operação de fundo | 31 |
| 11. Deliberações dos Órgãos de Controle | 32 |
| 11.1. <i>Recomendações da Controladoria-Geral da União</i> | 32 |
| 11.2. <i>Determinações e recomendações do TCU</i> | 36 |
| 12. Atos de admissão, desligamento, aposentadoria e pensões | 317 |
| 12.1. <i>Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício</i> | 377 |
| 13. Informações do SIASG e SICONV | 388 |
| 14. Outras informações | 399 |
| 14.1. <i>Resultados do Núcleo de Policiamento e Fiscalização</i> | 399 |
| B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO | 44 |
| 1. Declaração do contador responsável | 44 |
| 2. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis..... | 45 |

A – CONTEÚDO GERAL**1. Identificação****1.1. Identificação da unidade jurisdicionada**

| Poder e Órgão de vinculação | | |
|---|---|-----------------------------------|
| Poder: Executivo | Órgão de vinculação: Ministério da Justiça | Código SIORG: 000316 |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada | | |
| Denominação completa: 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal/DF | | |
| Denominação abreviada: 1º DRPRF/DF | | CNPJ: 00.394.494/0136-29 |
| Código SIORG: 013428 | Código LOA: Não se aplica | Código SIAFI: 200141 |
| Situação: Ativa | | |
| Natureza jurídica: Órgão Público da administração direta do Poder Executivo | | |
| Principal atividade: Segurança e ordem pública | | Código CNAE: 8424-8/00 |
| Telefones de contato: (61) 3394-5112 | | Fax de contato: (61) 3394-5658 |
| Endereço eletrônico: gab.df@dprf.gov.br | | |
| Página institucional na internet: www.dprf.gov.br | | |
| Endereço Postal: BR 040, km 01, Área Alfa, Santa Maria – Brasília-DF | | |
| Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | |
| Normativos de criação e alteração da UJ: Constituição Federal (Art. 144), Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Decreto nº 1.655/1995. | | |
| Outras normas infralegais: Decreto nº 6.061/2007 e Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça. | | |
| Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | |
| Código SIAFI | Nome | |
| 200141 | 1º Distrito Reg. de Polícia Rodoviária Federal. | |

2. Gestão orçamentária

A gestão do orçamento consignado ao DPRF é concentrada na Unidade Orçamentária localizada na Sede sob a condução da Coordenação-Geral de Administração, com a execução efetuada por 28 Unidades Gestoras.

O 1º DRPRF/DF, como uma das Unidades Gestoras do DPRF, é responsável por executar o orçamento descentralizado, conforme sua demanda. O planejamento e a coordenação dos Programas/Ações da Polícia Rodoviária Federal, assim como a criação de indicadores e metas físicas e financeiras, ficam a cargo do DPRF, por meio de seus Coordenadores e Gerentes Executivos de cada Programa/Ação.

No entanto, a descentralização desses recursos pelo DPRF é insuficiente para atender a necessidade da unidade, além de que esta unidade não tem conhecimento, no início do exercício, do montante de recursos a ser destinado. Desta forma, a execução do planejamento fica comprometida, frustrando ações que dependem da utilização desses recursos.

A ausência de quadro administrativo no DPRF faz com que seja necessário o deslocamento de policiais da área-fim para cumprir tais funções. Esse deslocamento é inadequado, pois o custo para a Administração é superior ao do servidor administrativo, além dos policiais não possuírem capacitação específica e haver um desinteresse generalizado para o exercício dessas funções. A desmotivação dos policiais da área meio está relacionada à pequena quantidade e ao valor das funções gratificadas, pois existem um DAS-1, do responsável pela UG, e quatro FG-3. Assim, o policial que sai da atividade fim, além de normalmente não receber gratificação, deixa de ganhar o adicional noturno, que supera o valor do FG-3, e tem um gasto maior com deslocamentos e alimentação, devido à jornada de oito horas. A consequência desses fatores para o desempenho da unidade é que ocorre uma grande rotatividade na área administrativa, comprometendo a qualidade e a continuidade dos serviços.

Como estratégia para melhor utilização de recursos humanos e financeiros, a utilização de Unidades Centralizadoras de Compras, metodologia de centralização de aquisições para atender as demandas de todas as Unidades Gestoras, mediante a utilização do Sistema de Registro de Preços, tem resultado em menor custo de aquisição face ao ganho de escala, além de distribuir os esforços para aquisições de materiais comuns às regionais.

2.1. Responsabilidades institucionais

a) Competências

Com o advento da Constituição de 1988, a Polícia Rodoviária Federal foi institucionalizada e integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública. Sob essa nova ótica, a Polícia Rodoviária Federal passou a ter, também, como missão, parte das responsabilidades do Poder Executivo Federal, para com a segurança pública, além das atribuições normais de prestar segurança aos usuários das rodovias federais, socorro às vítimas de acidentes de trânsito, zelar pela proteção do patrimônio da União, entre outros. Posteriormente, em 1993, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal passou a integrar a estrutura regimental da Secretaria de Trânsito do Ministério da Justiça, onde permanece até a atualidade. A seguir, os normativos que tratam das competências da Polícia Rodoviária Federal:

* Constituição Federal de 1988, artigo 144, § 2º “A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais”

* Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, artigo 20 “*Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais:*

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;

V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;

VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;

VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;

IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;”

* Decreto Nº 1.655, de 3 de Outubro de 1995:

Art. 1º À Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça, no âmbito das rodovias federais, compete:

I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

I - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;

IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei n° 8.069 de 13 junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

b)Objetivos Estratégicos

Durante o exercício de 2009 foi implementada a ferramenta de gestão denominada *Balanced Scorecard* (BSC) no Planejamento Estratégico vigente. Os Indicadores Balanceados de Desempenho permitiram para esta UJ esclarecer e traduzir a missão, a visão e as estratégias estabelecidas, comunicar e associar objetivos e ações estratégicas, planejar, estabelecer metas e alinhar às ações e principalmente melhorar o *feedback* e o aprendizado estratégico.

Para 2010 já foram definidos indicadores balanceados de desempenho com suas respectivas metas e ações estratégicas. Encontra-se em implantação o sistema de acompanhamento dos Mapas Estratégicos elaborados com uso do BSC, o que permitirá o acompanhamento, a análise e a apuração de resultados em tempo real por todos os servidores desta UJ.

No Plano de Ação 2009, foram mantidos os seis objetivos táticos de 2008, sendo atualizados os respectivos projetos. A seguir serão listados os objetivos táticos com as devidas atualizações:

Objetivo 1: Reconhecimento da Sociedade do DF e Entorno no combate a criminalidade.

Projeto: Capacitar mais policiais nas ações de combate a criminalidade.

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate a criminalidade é a capacitação do policial, isto lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2009, foram ministrados diversos cursos de técnicas policiais de combate ao crime, com destaque para o curso de uso legal e progressivo da força, armamento e tiro, ministrado por instrutores do DPRF.

Objetivo 2: Redução de acidentes, feridos e mortos nas rodovias federais que cortam o DF.

Durante o ano de 2009 o efetivo operacional sofreu uma redução devido às convocações para operações nacionais, principalmente em razão da “Operação Gralha Azul” no estado do Paraná, em virtude da decisão judicial de retomada de diversas rodovias à circunscrição Federal que ainda está em andamento.

Apesar dessas reduções, a regional conseguiu atingir as metas estabelecidas, ficando pendente apenas em relação à taxa de variação de acidentes que ficou abaixo em apenas 3,78% da meta. Tais resultados foram possíveis devido à identificação dos pontos críticos de acidentes com base no levantamento dos dados históricos da regional, fato que resultou numa melhor gestão de metas e resultados, podendo dessa forma realizar um monitoramento dos pontos deficientes.

Não obstante, cabe ressaltar que inúmeros fatores contribuíram negativamente com os resultados da regional, entre os fatores principais estão as obras de duplicação e conservação das BR's 020, 060 e 070, obras necessárias mas, que durante a sua realização, obstruem o trânsito e resultam em acidentes.

Objetivo 3: Conscientização da Sociedade quanto as normas de segurança e conduta nas Rodovias Federais.**Projeto: Educação para o trânsito**

Este projeto engloba palestras, cursos, seminários e ações educativas durante a fiscalização de veículos nas rodovias que cortam o Distrito Federal. Tido como grande prioridade no Plano de Ação, este projeto não abrange apenas condutores de veículos. Entende-se que a conscientização da sociedade quanto às normas de segurança e conduta no trânsito deve iniciar para crianças em idade escolar.

Objetivo 4: Padronização dos Procedimentos administrativos e operacionais.**Projeto: Gestão de Processos**

Tal projeto teve como foco principal a melhoria na gestão administrativa desta UJ. Para o ano de 2009, o Núcleo Administrativo e Financeiro foi escolhido como projeto piloto dessa ação estratégica.

Inicialmente foram criadas “pastas” equivalentes às descritas numa Superintendência de Polícia Rodoviária Federal de grande porte. Através de normas já estabelecidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, foram elencadas as atribuições de cada “pasta” e elaborados os fluxogramas de procedimentos com o uso de software específico.

Em seguida, equalizaram-se as atribuições no sentido de nivelar os esforços de cada componente da equipe e retirar o excesso de trabalho que era atribuído à Chefia do NAF. Criou-se também uma série de documentos e legislações vinculados aos procedimentos mapeados.

Após a realização desse balanceamento de tarefas, foram verificadas as necessidades de criar novas “pastas”, propiciando assim a criação de um quadro definitivo de servidores para o Núcleo. Além do benefício do quadro definitivo de colaboradores, com a efetiva aplicação do projeto vem sendo observado significativa melhora na eficiência dos trabalhos realizados, comprovada pela agilidade no andamento dos processos.

Com a implantação do modelo, observamos a possibilidade de alguns desdobramentos da ferramenta os quais tem propiciado o desenvolvimento de outros projetos para o exercício 2010, tais como: elaboração de relatórios de produtividade dos servidores administrativos; uso das metas estabelecidas no BSC como instrumento de avaliação de desempenho dos colaboradores; instituição de indicadores de desempenho relacionados a tempo de resposta, à qualidade no atendimento e aos

níveis de adequação das estruturas físicas; criação do manual “d” simplificação do *Gespública*.

2.2. Estratégia de atuação

As principais estratégias da PRF no ano de 2009 foram:

- aumentar as fiscalizações de alcoolemia, através do cumprimento das metas de utilização de etilômetros;
- aumentar as abordagens em veículos, através do cumprimento das metas de fiscalização de veículos;
- estabelecimento de metas de redução de acidentes e mortes;
- capacitação de todo efetivo nos módulos de abordagens e tiro;
- maximizar a utilização de radares fotográficos em trechos críticos de acidentes;

2.3. Programas

2.3.1. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

| | |
|--------------------------------------|---|
| Tipo de programa | Finalístico |
| Objetivo geral | Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública |
| Gerente de programa | Hélio Cardoso Derenne |
| Gerente Executivo | Ricardo Max de Oliveira Pereira – CGPLAM |
| Indicadores ou parâmetros utilizados | Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas |
| Público Alvo | Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais |

2.3.1.1. Ação 8623 – Reforma de bases operacionais e unidades

| | |
|--|---|
| Tipo | Projeto |
| Finalidade | Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora. |
| Descrição | Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura |
| Coordenador nacional da ação | ROMMEL BRANDÃO |

Apesar da grande necessidade de executar reformas nas unidades operacionais e administrativas desta regional, em 2009, foram utilizados somente R\$ 14.950,00, relativos a um reparo emergencial da sala dos servidores de informática que teve um princípio de incêndio, devido à rede elétrica antiga.

2.3.1.2. Ação 1835 – Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação

| | |
|--|---|
| Tipo | Projeto |
| Finalidade | Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal. |
| Descrição | Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Telemática |
| Coordenador nacional da ação | EDNILSON BRUNO |
| Responsável pela execução da ação no nível local | RODRIGO FAUSTINO DE ARAÚJO LIMA |

Para manutenção do parque de telemática da regional, foram adquiridos módulos de bateria (*no-break*), estabilizadores de tensão e rádios transceptores portáteis.

Como parte de um projeto do DPRF, também foram adquiridos telefones digitais do tipo VOIP e um servidor de rede compatível. Assim, em 2010, espera-se que, com a disseminação desse sistema na PRF, possamos reduzir os custos com telefonia. Com esta ação, foram gastos R\$ 19.670,90.

2.3.1.3. Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação

| | |
|---|---|
| Tipo | Projeto |
| Finalidade | Manter e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços. |
| Descrição | Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |

| | |
|--|---------------------------------|
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Telecomunicações |
| Coordenador nacional da ação | EDNILSON BRUNO |
| Responsável pela execução da ação no nível local | RODRIGO FAUSTINO DE ARAÚJO LIMA |

Esta ação cobre os gastos relacionados à telefonia fixa, móvel e à distância, além dos serviços de transmissão de dados. Para o desempenho de suas atribuições, os policiais utilizam talões eletrônicos, nos quais fazem consultas de pessoas e veículos e notificações de trânsito. Para isso, esses dispositivos utilizam conexão com a internet, que também é custeada por esta ação e somaram R\$ 1.710,00.

Além dos serviços convencionais de telefonia, que somaram R\$ 118.401,67, realizou-se o reparo da central telefônica, que, no episódio do princípio de incêndio na sala dos servidores de informática, também foi danificada.

2.3.1.4. Ação 7061 – Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária

| | |
|--|---|
| Tipo | Projeto |
| Finalidade | Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas. |
| Descrição | Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Coordenação Geral de Administração |
| Coordenador nacional da ação | HENRIQUE ARAÚJO DE LIMA |

Em face da responsabilidade institucional de polícia ostensiva, a viatura é o principal instrumento de trabalho da Polícia Rodoviária Federal. O serviço de ronda, executado por meio do patrulhamento ostensivo, é decisivo na prevenção de acidentes e redução da criminalidade, exigindo dos veículos um funcionamento diuturno.

Devido a intensa utilização, estes bens apresentam um desgaste acentuado, resultando em uma vida útil aproximada de 4 anos, consideradas as condições de segurança e viabilidade econômica frente aos custos de manutenção. Neste sentido, a proposta adequada é a substituição de 25% das viaturas a cada ano, para que em 4 anos todas as viaturas estejam como prazo de vida útil respeitado.

Em 2009, foram adquiridas somente duas viaturas, uma para utilização no Grupo de Operações com Cães – GOC, e outra no Grupo de Operações Especiais – GOE. A viatura do GOC é um veículo do tipo caminhonete adaptado para transporte de cães em operações específicas para apreensão de drogas e explosivos, com custo de R\$ 122.250,00. Para o GOE, foi adquirida uma caminhonete adaptada com quebra-mato, faróis de milha, entre outros dispositivos, para operações específicas de combate à criminalidade, pelo valor de R\$ 86.350,00.

Vale ressaltar que, sem a devida renovação periódica da frota, os custos com manutenção tendem a aumentar, além de dificultar o atendimento de todas as demandas, como socorro de vítimas, auxílio a usuários da rodovia, combate a criminalidade, entre outros.

Insta registrar ainda a metodologia adotada para renovação da frota mediante leilão, que

a Polícia Rodoviária Federal, no exercício de 2009 e em âmbito nacional, alienou 423 veículos, resultando na arrecadação de R\$ 4.608.300,00. Entretanto, em decorrência das limitações orçamentárias, existe a necessidade de recomposição e renovação da frota na ordem de aproximadamente 1.000 viaturas para todo o país.

2.3.2. Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais

| | |
|--------------------------------------|--|
| Tipo de programa | Finalístico |
| Objetivo geral | Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito |
| Gerente de programa | Hélio Cardoso Dernenne |
| Gerente Executivo | Alvarez Simões Filho |
| Indicadores ou parâmetros utilizados | Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais; Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais; Sensação de Segurança nas Rodovias Federais. |
| Público Alvo | Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais |

2.3.2.1. Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal

| | |
|--|--|
| Tipo | Atividade |
| Finalidade | Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativa |
| Descrição | Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Modernização e Tecnologia |
| Coordenador nacional da ação | LUCIANO DA SILVA FERNANDES |
| Responsável pela execução da ação no nível local | RODRIGO FAUSTINO DE ARAUJO LIMA |

Os recursos dessa ação foram utilizados basicamente na aferição de equipamentos de fiscalização, totalizando R\$ 1.872,00.

2.3.2.2. Ação 2524 – Capacitação do policial rodoviário federal

| | |
|------------|---|
| Tipo | Atividade |
| Finalidade | Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os |

| | |
|--|---|
| | quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atividades. |
| Descrição | Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Coordenação de Ensino/DPRF |
| Coordenador nacional da ação | Ricardo de Oliveira Betat |
| Responsável pela execução da ação no nível local | CARLOS OTÁVIO RODRIGUES DE OLIVEIRA |

O programa de atualização para o efetivo policial do quadro do DPRF, tem como objetivo padronizar e atualizar os policiais com conhecimentos necessários para o desempenho de suas atividades. O Programa foi dividido em módulos de forma a poder ser realizado com pequena carga horária cada um deles e propiciar a participação de um maior número de policiais tendo em vista o nosso regime de escalas de serviço e dos módulos estarem sendo ministrados em todas regionais do país.

Nesta forma de capacitação são utilizados instrutores e multiplicadores das próprias regionais minimizando os custos de execução tendo em vista não haver necessidade de deslocamentos aéreos dentro de cada Regional, tendo os recursos destinados apenas para pagamento de diárias para os instrutores. Desta forma conseguimos atingir um grande número de policiais Capacitados com um custo reduzido, sendo um total de R\$ 25.918,94 em 2009.

Entre as principais capacitações realizadas em 2009 destacam-se:

- realização de Curso de Formação Profissional em virtude de Concurso Público para BR 163 em Mato Grosso e no Pará. Foram formadas duas turmas, tendo participação de instrutores desta unidade.
- participação do Curso de Atualização Técnica para Chefes de Seção de Policiamento e Fiscalização e Substitutos dos Superintendentes;
- em dezembro iniciou mais um módulo do Programa de Atualização Policial: módulo IV – levantamento de local de acidente de trânsito;
- realização de módulos de atualização policial (uso legal e progressivo da força, armamento e tiro, técnicas policiais e fiscalização de trânsito com talão eletrônico), sem custos com deslocamento aéreo e com diárias apenas para os instrutores. Os módulos de atualização proporcionam atingir um grande número de policiais capacitados com um custo muito baixo.

2.3.2.3. Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais

| Tipo | Atividade |
|--|---|
| Finalidade | Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. |
| Descrição | Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados; Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Coordenação Geral de Operações |
| Coordenador nacional da ação | Coraci Ricardo Fernandes Vieira |
| Responsável pela execução da ação no nível local | LAERTE MAURÍCIO DA SILVA |

Para efeito de projeção do quantitativo de procedimentos realizados foram considerados os registros formais das seguintes ações: atendimento a acidentes, auxílio a usuários, veículos fiscalizados e pessoas detidas.

Visando proporcionar uma melhor leitura dos procedimentos utilizados na projeção das metas para o atual exercício e considerando a utilização das informações fornecidas pela fonte vinculada ao Relatório Operacional Diário (ROD), serão utilizados o lançamento da quantidade total registrada dos seguintes procedimentos: boletins de acidentes, pessoas socorridas, auxílio a usuário, veículos fiscalizados, autos de infração extraídos, CNH'S recolhidas, documentos retidos, veículos retidos/removidos, animais recolhidos, escolta/batedor, adultos detidos, crianças encaminhadas ao Conselho Tutelar ou similar e adolescentes apreendidos.

A proposta para execução financeira da previsão orçamentária (R\$ 50.140.000,00) fornecida pela Coordenação da Ação foi a seguinte:

- R\$ 1.608.000,00 – aquisição de uniformes/fardamento;
- R\$ 4.500.000,00 – manutenção de aeronaves;
- R\$ 21.600.000,00 – abastecimento de viaturas e aeronaves;
- R\$ 11.500.000,00 – manutenção de viaturas;
- R\$ 254.400,00 – licenciamento e seguro obrigatório de viaturas e aeronaves;
- R\$ 3.500.000,00 – aquisição de passagens aéreas e pagamento de diárias;
- R\$ 5.427.600,00 – aquisição de material de consumo para policiamento;
- R\$ 850.000,00 – aquisição de material permanente para policiamento;
- R\$ 200.000,00 – cinotecnia;
- R\$ 200.000,00 – aferição de etilômetros e medidores de velocidade;
- R\$ 200.000,00 – manutenção de equipamentos;
- R\$ 300.000,00 – recuperação de viaturas sinistradas.

Assim, a meta física inicial foi calculada na proporção de 1/12 da previsão inicial anual e a meta física realizada a partir do somatório dos procedimentos realizados. Segue exemplo do mês

de janeiro de 2009:

- Boletins de Acidentes: 11.820
- Pessoas socorridas: 1.075
- Auxílio a usuário: 7.094
- Veículos fiscalizados: 619.230
- Autos de infração extraídos: 145.702
- CNH'S recolhidas: 1.947
- Documentos retidos: 10.924
- Veículos retidos/removidos: 6.165
- Animais recolhidos: 1.436
- Escolta/batedor: 855
- Adultos detidos: 2.118
- Crianças encaminhadas: 22
- Adolescentes apreendidos: 117

Deste modo, o total de procedimentos realizados em Janeiro de 2009 em âmbito nacional foi de 808.505, de acordo com dados do Relatório Operacional Diário. Nesta unidade, o total obtido foi de 84.456.

Os gastos na ação de policiamento ostensivo são mostrados, conforme seus respectivos Planos Internos, no quadro abaixo:

| Plano Interno | Descrição | Despesas Executadas |
|---------------|--|---------------------|
| 1408E | ABASTECIMENTO DA FROTA | 266.540,91 |
| 1408H | MANUTENCAO DA FROTA | 161.612,71 |
| 1408J | DIARIAS E PASSAGENS DE OPERACOES | 1.638,05 |
| 1408L | AQUISICAO DE MATERIAL E SRV.POLICIAMENTO | 50.136,17 |

A maior despesa desta ação é a que trata da aquisição de combustíveis. Esta despesa é essencial para o bom funcionamento da atividade fim da polícia rodoviária federal. As despesas com manutenção de viaturas também ocupam uma posição de destaque. O DPRF tem procurado realizar um amplo programa de substituição de viaturas antieconômicas, através da compra de novas viaturas e leilões de viaturas inservíveis, porém, como pode ser observado na ação de aquisição de veículos especiais, em 2009, esta unidade não foi provida com quantidade suficiente de veículos para o devido funcionamento do programa.

2.3.2.4. Ação 2816 – Serviço de inteligência da PRF

| | |
|---|---|
| Tipo | Atividade |
| Finalidade | Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pesso |
| Descrição | Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |

| | |
|--|-----------------------------|
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Coordenação de Inteligência |
| Coordenador nacional da ação | JOSEMAR MONTEIRO BARROS |
| Responsável pela execução da ação no nível local | HANRLEY MATOS MARTINS |

Nesta ação foram utilizados R\$ 1.731,18 com aquisição de passagens aéreas e pagamento de diárias para operação.

2.3.2.5. Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais

| | |
|--|---|
| Tipo | Atividade |
| Finalidade | Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias. |
| Descrição | Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outro |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | DISAS/CGRH |
| Coordenador nacional da ação | GETÚLIO CAMARA |
| Responsável pela execução da ação no nível local | CARLOS OTÁVIO RODRIGUES DE OLIVEIRA |

Com o objetivo de atender as necessidades previstas pela Ação, o DPRF planejou a aquisição de equipamentos de forma unificada, por meio de registro de preços, incluindo todas as regionais como participantes e já determinadas as quantidades de equipamentos, de modo a tornar a compra mais vantajosa para administração.

Para o 1º DRPRF/DF, foi descentralizado o valor de R\$ 2.533,96, suficiente para adquirir suprimentos para a medição de colesterol e triglicerídeos, para utilização em comandos de saúde nas rodovias.

2.3.2.6. Ação 4526 – Operações especiais de combate ao crime nas estradas e rodovias federais

| | |
|---|--|
| Tipo | Atividade |
| Finalidade | Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral. |
| Descrição | Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por | DCC/CGO |

| | |
|--|---------------------------------|
| gerenciamento ou execução | |
| Coordenador nacional da ação | GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO |
| Responsável pela execução da ação no nível local | MARCOS JOSÉ DA SILVA CORDEIRO |

Os gastos nesta ação totalizaram R\$ 22.483,52, sendo que sua utilização foi para cobrir despesas com diárias em operações de combate ao crime em diversas regionais.

2.3.2.7. Ação 8703 – Atividade correicional

| | |
|--|---|
| Tipo | Atividade |
| Finalidade | Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais pr |
| Descrição | Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Corregedoria Geral |
| Coordenador nacional da ação | CIDENOR GUERRA |
| Responsável pela execução da ação no nível local | WALDO JOSÉ CARAM ROHLFS |

O Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos do 1º Distrito/DF possui as atribuições descritas no art. 100 do Regimento Interno do DPRF/MJ (Portaria nº 1.375, de 02.08.2007). Os servidores lotados no NCAI, para bem desempenharem suas atividades foram capacitados pela Controladoria-Geral da União para atuarem em comissões de procedimentos disciplinares.

Durante o ano de 2009, foram autuadas 48 denúncias/representações, sendo instauradas 5 Sindicâncias Investigativas, 3 Sindicância Administrativas Disciplinares e 13 Processos Administrativos Disciplinares, totalizando 21 procedimentos administrativos instaurados e 27 denúncias arquivadas após a investigação prévia. Dos processos instaurados 1 resultou em ressarcimento ao erário com encaminhamento ao setor financeiro, 4 resultaram em aplicação da penalidade de advertência e 2 resultaram na aplicação da penalidade de suspensão. No exercício de 2008 foram recebidas e autuadas 81 denúncias/representações.

Foi disponibilizado para a corregedoria no exercício de 2009, um total de R\$ 90.203,60 (noventa mil, duzentos e três reais e sessenta centavos) para a realização dos procedimentos disciplinares desta regional e de outras, incluindo o DPRF. Vale ressaltar que deste valor, R\$ 89.298,68 (oitenta e nove mil, duzentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos) foram destinados para apoio a outras regionais, em processos de grande vulto, inclusive envolvendo a prisão de outros policiais rodoviários federais. Os valores foram usados para custear passagens aéreas e diárias dos membros das comissões.

Deste modo, o NCAI buscou ao máximo economizar e utilizar da melhor forma possível os recursos disponibilizados, por exemplo, realizando um bom número de audiências por meio de cartas precatórias, além disso foi devolvido a Corregedoria-Geral parte da verba inicialmente disponibilizada.

2.3.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

| | |
|--------------------------------------|--|
| Tipo de programa | Apoio Administrativo |
| Objetivo geral | Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos |
| Gerente de programa | Não Existe |
| Gerente Executivo | Não Existe |
| Indicadores ou parâmetros utilizados | Não Existe |
| Público Alvo | Governo |

2.3.3.1. Ação 2000 – Administração da unidade

| | |
|--|---|
| Tipo | Atividade |
| Finalidade | Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas. |
| Descrição | Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriada |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN |
| Coordenador nacional da ação | Erinaldo Rodrigues Roberto |
| Responsável pela execução da ação no nível local | FELIPE LINHARES LUSTOSA DA COSTA |

A dotação orçamentária alocada nesta ação se destina ao custeio de despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico, tais como: fornecimento de água e tratamento de esgoto, energia elétrica, material de consumo, locação de mão-de-obra, estagiários, manutenção de bens móveis e imóveis, imprensa nacional, diárias administrativas, locação de bens móveis e imóveis, remoção de servidores, frete e transporte de encomendas, licenciamento da frota de veículos, correios, serviços gráficos, cópia e reprodução de documentos, publicação de editais de licitação.

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal encontra séria dificuldade em garantir o custeio da área meio, pois é inevitável a expansão dos gastos em função do reajuste de preços de bens e serviços, ingresso de novos servidores, repactuação dos contratos continuados, ampliação das atribuições do Órgão.

Os gastos de maior vulto nesta ação foram referentes a contratos de limpeza e conservação, vigilância e apoio administrativo.

Nesta ação, também foi adquirido um veículo de transporte de carga para o DPRF, no valor de R\$ 101.950,00.

| Descrição | R\$ |
|-----------|-----------|
| Diária | 39.876,11 |

| | |
|--|--------------|
| Passagens aéreas | 13.507,46 |
| Terceirização (Limpeza e conservação, vigilância e apoio administrativo) | 1.526.942,85 |
| Serviços (Energia elétrica, licenciamento de veículos, serviços gráficos e etc.) | 152.978,99 |
| Despesas na ação com repactuação de serviços de terceirização (exercício anterior) | 100.881,07 |
| Aquisição de um veículo, tipo furgão, e equipamentos diversos | 116.175,00 |

2.4. Desempenho operacional

2.4.1. Evolução das receitas e despesas

O 1º DRPRF/DF, como unidade desconcentrada do DPRF, não participa dos atos de planejamento da proposta orçamentária, tanto nas previsões de receita quanto na fixação das despesas. Ou seja, esta unidade executa o orçamento que é descentralizado pelo DPRF, não sendo responsável pelo planejamento e coordenação dos Programas/Ações da Polícia Rodoviária Federal. Portanto, não tem condições de apresentar informações precisas a esse respeito.

2.4.2. Execução Orçamentária

2.4.2.1. Execução orçamentária de créditos originários

2.4.2.1.1. Despesas por modalidade de contratação

| Modalidade de Contratação | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------|
| | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 |
| Licitação | 1.959.872,46 | 2.698.910,58 | 1.968.923,09 | 1.553.507,2 |
| Convite | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Tomada de Preços | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Concorrência | 792.407,58 | 1.107.386,29 | 792.723,38 | 834.515,50 |
| Pregão | 1.167.464,88 | 1.591.524,29 | 1.176.199,71 | 718.991,70 |
| Concurso | 0 | 0 | | 0 |
| Consulta | 0 | 0 | | 0 |
| Contratações Diretas | 319.210,94 | 187.636,83 | 318.865,4 | 285.494,26 |
| Dispensa | 202.887,20 | 174.532,80 | 202.887,20 | 174.532,80 |
| Inexigibilidade | 116.323,74 | 13.104,03 | 115.978,20 | 110.961,46 |
| Regime de Execução Especial | | | | |
| Suprimento de Fundos | 15.000,00 | 8.752,21 | 7.011,24 | 8.752,21 |

| | | | | |
|-----------------------------|------------|------------|------------|------------|
| Pagamento de Pessoal | | | | |
| Pagamento em Folha | | | | |
| Diárias | 184.662,99 | 624.555,96 | 184.662,99 | 624.555,96 |
| Outros | | | | |

2.4.2.1.2. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 |
| 1 – Despesas de Pessoal | 5.806,89 | 0 | 5.806,89 | 0 | 0 | 0 | 5.806,89 | 0 |
| 08 – Outros benefícios assistenciais | 5.806,89 | 0 | 5.806,89 | 0 | 0 | 0 | 5.806,89 | 0 |
| 2 – Juros e Encargos da Dívida | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3- Outras Despesas Correntes | 2318058,06 | 3192040,58 | 2318058,06 | 2457359,59 | 142225,61 | 387717,42 | 1894231,68 | 2457359,59 |
| 37 – Locação de mão de obra | 1.265.179,77 | 1.526.942,85 | 1.265.179,77 | 1134.292,78 | 0 | 0 | 1.254.438,01 | 1134.292,78 |
| 30 – Material de consumo | 478.522,41 | 508.532,21 | 478.522,41 | 355.025,62 | 99.303,80 | 338.227,81 | 140.294,60 | 355.025,62 |
| 39 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica | 353.546,81 | 375.471,41 | 353.546,81 | 248.290,38 | 42.482,07 | 48.377,37 | 279.802,24 | 248.290,38 |
| Demais elementos do grupo | 220.809,07 | 781.094,11 | 220.809,07 | 719.750,81 | 439,74 | 1.112,24 | 219.696,83 | 719.750,81 |

2.4.2.1.3. Evolução de gastos gerais

| DESCRIÇÃO | ANO | | |
|--|--------------|--------------|--------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 |
| 1. PASSAGENS | 0 | 14.760,38 | 49.647,83 |
| 2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS | 412.887,92 | 190.663,25 | 626.962,51 |
| 3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS | | | |
| 3.1. Publicidade | 0 | 0 | 0 |
| 3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação | 2.409.536,61 | 4.086.018,26 | 2.667.063,83 |

| | | | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
| 3.3. Tecnologia da informação | 0 | 683,8 | 4.113,68 |
| 3.4. Outras Terceirizações | 1.188.757,72 | 2.038.872,32 | 1.633.241,39 |
| 4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL | 0 | 2.214,5 | 5.475,2 |
| 5. SUPRIMENTO DE FUNDOS | 3.911,55 | 2.796,74 | 0 |
| TOTAIS | 4.015.093,80 | 6.336.009,25 | 4.986.504,44 |

2.4.2.1.4. Despesas de capital por grupo e elemento de despesa

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|--------------------|-------------------|------------------|------------------|
| | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 |
| 4 - Investimentos | 155.597,77 | 428.823,94 | 155.597,77 | 14.950,04 | 267.966,19 | 141.097,77 | 14.500,00 | 14.950,04 |
| 51 – obras e instalações | 155.597,77 | 413.873,90 | 155.597,77 | 0 | 267.966,19 | 141.097,77 | 14.500,00 | 0 |
| 52 - equipamento | 0 | 14.950,04 | 0 | 14.950,04 | 0 | 0 | 0 | 14.950,04 |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 5 - Inversões Financeiras | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 6 - Amortização da Dívida | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

2.4.2.2. Execução física e financeira

As metas de execução física e financeira definidas para as ações sob responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal são criadas pelo DPRF e estabelecidas em âmbito nacional de forma geral, ou seja, não há cumprimento de metas específicas para cada unidade. Desta forma, o 1º DRPRF/DF, como uma das Unidades Gestoras do DPRF, é responsável por executar o orçamento descentralizado colaborando com o cumprimento das metas nacionais, não sendo possível uma demonstração individualizada.

2.4.2.3. Análise crítica da execução orçamentária

Durante o exercício de 2009, a falta de um cronograma de descentralizações e ausência da informação dos recursos a serem disponibilizados para o exercício, bem como o contingenciamento orçamentário, prejudicaram a execução dos recursos. A utilização de Unidade Centralizadoras de Compras, para grandes aquisições, auxilia na execução do orçamento e reduz a sobrecarga na área administrativa, porém as incertezas quanto à descentralização de créditos orçamentários comprometem o planejamento da Unidade.

A execução orçamentária tem sido impactada pelas constantes repactuações de

contratos, justificadas por convenções coletivas de trabalho que aumentam o salário-base das categorias contratadas, além da elevação dos valores dos insumos utilizados durante a realização dos trabalhos. No entanto, o valor disponibilizado ao Órgão não acompanha os reajustes de mercado, fazendo com que a ação seja objeto de constantes solicitações de suplementação pelo DPRF. Por vezes a prestação de alguns dos serviços e aquisições fica comprometida por insuficiência orçamentária.

Outro fator agravante relacionado à insuficiência de recursos esta relacionado com a renovação e manutenção da frota. Como instrumento essencial para a execução da atividade finalística do Órgão, as viaturas policiais devem estar sempre em condições para o socorro de vítimas de acidentes, realização de policiamento ostensivo e atendimento a usuário das rodovias. Porém, com a escassez de recursos para renovação da frota e seu conseqüente envelhecimento, os gastos com manutenção aumentam, assim como a quantidade de veículos que entra na condição de bem antieconômico. Desta forma, os gastos com despesas de custeio crescem e a capacidade operacional para prestação de serviços à sociedade diminui.

2.4.3. Indicadores de desempenho

2.4.3.1. Programa 0663

Para o Programa 0663 foram definidos como indicadores a Sensação de Segurança, verificada a partir da Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e da Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), tendo como responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

No que tange a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), sendo responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

A Sensação de Segurança resulta da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra (efetividade), mediante pesquisa conduzida pela Coordenação Geral de Operações.

2.4.3.2. Programa 1386

Para o Programa 1386, adota-se como indicador o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, com o qual se pretende medir percentual de unidades com estrutura física, de dados, de comunicações e de viaturas adequadas (eficácia).

2.4.3.3. Programa 0750

Não há indicador.

2.4.4. Análise do desempenho

2.4.4.1. Programa 0663

| |
|---------------|
| PROGRAMA 0663 |
|---------------|

| INDICADORES | METAS FÍSICAS – PPA 2009 | RESULTADOS 2009 |
|-----------------------|---|---|
| Taxa de Mortalidade | 2,99 mortos / 10.000 veículos | 2,6 mortos / 10.000 veículos |
| Taxa de Acidentes | 44,255 acidentes / 10.000 veículos | 45,995 acidentes / 10.000 veículos |
| Sensação de Segurança | 73 % | Não aferido |

Em uma visão geral a análise dos resultados obtidos em 2009 é satisfatório. Apesar do aumento de 3% na quantidade total de acidentes em 2009, houve uma redução de 15% nas mortes causadas por estes acidentes.

Entendemos que o atingimento das metas foi possível devido à estratégia de estipulação de metas de fiscalização repassadas a todas as Regionais, conforme a Portaria 30-2009/DPRF. Com a estipulação das metas, a fiscalização teve um direcionamento nas ações de redução dos acidentes e mortes, no qual o foco é a prevenção e não a penalidade, a notificação (multa) é a consequência da fiscalização e não a sua finalidade.

3. Recursos Humanos

3.1. Composição do quadro de recursos humanos

| Composição do Quadro de Recursos Humanos | | | |
|--|-----------------|--------------------|---------------|
| Regime do Ocupante do Cargo | Lotação Efetiva | Lotação Autorizada | Lotação Ideal |
| Estatutários | 200 | 200 | 310 |
| Próprios | 200 | 200 | 310 |
| Requisitados | 0 | 0 | 0 |
| Celetistas | 0 | 0 | 0 |
| Cargos de livre provimento | 0 | 0 | 0 |
| Estatutários | 0 | 0 | 0 |
| Não Estatutários | 0 | 0 | 0 |
| Terceirizados | 49 | 49 | 60 |
| Total | 249 | 249 | 370 |

3.2. Evolução de recursos humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

| QUADRO PRÓPRIO | | | | | | |
|--|------|-------------------------------|---------------|------------------|----------------|----------------|
| Tipologia | Qtd. | Vencimentos e vantagens fixas | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações |
| Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus) | | | | | | |
| 2007 | 192 | R\$ 14.268.820,20 | R\$ 44.053,36 | R\$ 2.020.895,45 | R\$ 531.020,30 | R\$ 416.719,73 |
| 2008 | 195 | R\$ 15.305.986,00 | R\$ 50.929,73 | R\$ 2.605.138,76 | R\$ 659.903,96 | R\$ 518.707,78 |
| 2009 | 200 | R\$ 16.046.424,58 | R\$ 50.936,97 | R\$ 2.505.162,12 | R\$ 779.216,25 | R\$ 500.553,16 |
| Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus) | | | | | | |
| 2007 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2008 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

| 2009 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
|--|--------------------------|------------------|----------------------|----------------|------------------------|-------|-------------|--------------|
| Cargo de Provisão em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo) | | | | | | | | |
| 2007 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| 2008 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| 2009 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Requisitados com ônus para a UJ | | | | | | | | |
| 2007 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| 2008 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| 2009 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Requisitados sem ônus para a UJ | | | | | | | | |
| 2007 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| 2008 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| 2009 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| QUADRO TERCEIRIZADO | | | | | | | | |
| Finalidade | Conservação e Vigilância | | Apoio Administrativo | | Atividades de Área-fim | | Estagiários | |
| | Qtd. | Custo | Qtd. | Custo | Qtd. | Custo | Qtd. | Custo |
| 2007 | 31 | R\$ 1.022.567,44 | 21 | R\$ 551.742,88 | 0 | - | 9 | R\$ 2.346,99 |
| 2008 | 31 | R\$ 840.280,37 | 18 | R\$ 424.899,40 | 0 | - | 7 | R\$ 2.173,00 |
| 2009 | 31 | R\$ 670.168,80 | 18 | R\$ 464.123,98 | 0 | - | 16 | R\$ 4.829,03 |

3.3. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Apresenta-se o 1º Distrito, com índice aparentemente alto de absenteísmo, tendo como principal causa a apresentação de atestados médicos, das mais diversas especialidades. Relativamente a Acidentes de trabalho e doenças Ocupacionais, não há nada o que relatar, uma vez que nos últimos anos, não tem-se apresentado acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho. O perfil etário é bastante heterogêneo, não apresentando diferenciações de percentuais que possam definir uma faixa etária como predominante. A rotatividade, como padrão no setor público, é quase

nula, apresentando-se atualmente um quadro de êxodo de servidores por conta de aprovação em concurso público para outros cargos. O que traz como primeira consequência a diminuição dos quadros desta Regional de servidores com boa formação acadêmica, motivados e com Educação continuada consciente. Por fim, vale ressaltar, sob a visão deste Núcleo de Administração de Pessoal, que apesar de medidas tomadas por esta administração atual, onde prioriza-se a participatividade dos servidores, apresenta-se um quadro de baixa motivação do efetivo, o que reflete no desempenho funcional. Diante deste quadro, estamos implementado na Regional ferramentas de trabalho, tais como: Administração participativa, Balanced Score Card, projetos de integração e outros com o objetivo de melhoria contínua do desempenho global e clima organizacional.

3.4. Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

A atual situação dos Recursos Humanos da Regional encontra-se como descrito nos quadros por este NAP preenchidos, em níveis bem inferiores aos mínimos aceitáveis, qualitativamente falando o nível de instrução dos servidores é bom, mas quantitativamente muito reduzido o efetivo. A área-meio não dispõe de recursos humanos suficientes para atender às demandas da área-fim, o que ocorre também na área-fim, trazendo estresse, acúmulo de demandas e níveis insatisfatórios de qualidade no desempenho, inferindo-se do quando uma real necessidade de ampliação do quadro de recursos humanos da Regional.

A atual Administração da Regional, tem se pautado por uma administração participativa, profissional, e baseada em ferramentas de trabalho com efetividade comprovada, com plano de capacitação continuada para todo o exercício, melhoria continua de processos, readequação de áreas nos moldes da Gespública, do “BSC” entre outros. O que, sob nossa visão confere a sensação de caminho certo para atingimento de metas bem balizadas e melhoria dos índices de motivação do efetivo.

4. Reconhecimento de passivos

Não foram inscritos valores na conta de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

5. Pagamento de restos a pagar – exercício de 2009

| Restos a Pagar Processados | | | | |
|---------------------------------------|------------------|-------------------|--------------|----------------|
| Ano de Inscrição | Inscritos | Cancelados | Pagos | A Pagar |
| 2009 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2008 | 36.108,96 | 0 | 36.108,96 | 0 |
| 2007 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Restos a Pagar não Processados | | | | |
| Ano de Inscrição | Inscritos | Cancelados | Pagos | A Pagar |
| 2009 | 1.148.554,89 | 0 | 765.845,59 | 559.434,36 |
| 2008 | 540.054,85 | 0 | 363.326,79 | 176.725,06 |
| 2007 | 11.239,66 | 0 | 0 | 11.239,66 |

5.1. Análise crítica sobre a gestão do pagamento de restos a pagar

As solicitações de recursos financeiros enviadas mensalmente ao DPRF tem sido atendidas apenas parcialmente com valores insuficientes para quitação dos compromissos desta Unidade. O não atendimento das solicitações financeiras tempestivamente vem gerando atrasos nos pagamentos e acumulando passivos que poderão ser objeto de cobrança judicial, inclusive com a incidência de multa e juros de mora, além do risco iminente de suspensão de serviços essenciais ao funcionamento do órgão, como abastecimento da frota e telefonia fixa.

Pode-se perceber que a inscrição em Restos a Pagar vem crescendo exponencialmente, resultando na inscrição de mais de um terço do recurso empenhado pela unidade em todo o ano. Esse aumento se deve, principalmente, por dois fatores, pela descentralização insuficiente de recursos financeiros e pela escassez de recursos orçamentários durante quase todo o ano com conseqüente envio de forma substancial ao final do exercício.

6. Transferências

Não foram efetuadas transferências voluntárias pela Instituição no exercício de 2009.

7. Previdência Complementar

Não aplicável à natureza da Unidade.

8. Recursos externos

Esta unidade não recebeu ou executa programas com recursos externos.

9. Renúncias Tributárias

Não aplicável à natureza da Unidade.

10. Operação de Fundo

Não aplicável à natureza da Unidade.

11. Deliberações dos Órgãos de Controle

11.1. Recomendações da Controladoria-Geral da União

| | |
|---|--|
| 1. Número do Relatório | 208272 |
| 2. Descrição da Recomendação | <p>a) Agilizar junto à instituição bancária competente a disponibilização tempestiva do cartão corporativo à Unidade.</p> <p>b) Efetuar controle das Notas Fiscais correspondentes às despesas, atentando principalmente ao preenchimento adequado e à anexação das notas ao processo, à identificação e especificação dos itens / serviços adquiridos, e ao atesto de recebimento que deve ser feito por servidor divergente daquele que efetuou o gasto.</p> <p>c) Cumprir as disposições do manual SIAFI, macrofunção 02.11.21, quanto ao valor limite para o gasto por item de despesa a cada suprimento de fundos concedido. Alíneas “d” e “e”) Formalizar o respectivo processo de prestação de contas do Suprimento de Fundos com os documentos comprobatórios das despesas realizadas, tais como as Guias de Recolhimento da União, extratos bancários, cópia das faturas e demonstrativos mensais do cartão corporativo, etc.</p> <p>f) Orientar previamente os supridos quanto às permissões para o uso do instrumento de despesa, alertando quanto à vedação do uso de suprimento de fundos para a compra de material permanente.</p> |
| 3. Setor responsável pela implementação | Núcleo Administrativo e Financeiro |
| 4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento) | a) Esta Unidade passou a utilizar o Cartão de Pagamento do Governo Federal. “b”, “c”, “d”, “e” e “f”) Os supridos tem sido orientados quanto à forma de aplicação do suprimento de fundos e de sua prestação de contas. |

| | |
|---|--|
| 1. Número do Relatório | 208272 |
| 2. Descrição da Recomendação | Cumprir o que determina o § 1º do art. 98 da Lei nº 8.112/90, no que se refere à compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho, bem como que será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo. |
| 3. Setor responsável pela implementação | Núcleo de Administração de Pessoal |
| 4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento) | Esta Unidade tem instruído os processos de concessão de horário especial aos servidores estudantes, conforme previsto na Lei 8.112/90. |

| | |
|---|--|
| 1. Número do Relatório | 208272 |
| 2. Descrição da Recomendação | Motivar os atos administrativos, demonstrando a necessidade do gasto, com vistas a atender ao princípio da economicidade. |
| 3. Setor responsável pela implementação | Núcleo Administrativo e Financeiro |
| 4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento) | Esta recomendação já está sendo aplicada pelo 1º DRPRF/DF. Não são autorizadas viagens sem a devida motivação e demonstração da necessidade do deslocamento terrestre. |

| | |
|---|--|
| 1. Número do Relatório | 208272 |
| 2. Descrição da Recomendação | Promover o Recolhimento ao erário dos valores pagos a maior, bem como apresentar a memória de cálculo correspondente. |
| 3. Setor responsável pela implementação | Núcleo Administrativo e Financeiro |
| 4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento) | O recolhimento ao erário foi realizado e devidamente formalizado por meio de 14º Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2004, constante do Processo Administrativo nº 08.675.000.587/2008-91, o qual apresenta a memória de cálculo correspondente. |

| | |
|---|---|
| 1. Número do Relatório | 208272 |
| 2. Descrição da Recomendação | <p>a) Passar a utilizar a Ficha de Verificação do Trabalho, criando uma equipe de inspeção para tal.</p> <p>b) Descrever os comandos do cartão-programa de forma mais elaborada, inserindo metas de serviço para os policiais escalados, detalhando as atividades a serem realizadas por eles em um anexo, já que o formulário do cartão programa não contém espaço para tal.</p> <p>c) Criar mecanismos de monitoramento com foco no objetivo de se construir uma rotina de supervisão direta e avaliação simultânea ao trabalho dos policiais nas rodovias. d) Ratificamos a recomendação do TCU no item: 9.5.2 do Acórdão 353/2006-Plenário: Avaliar a possibilidade de adotar escalas de trabalho mais produtivas, a exemplo dos turnos 12X24 e 12X48.</p> <p>Recomendamos, também, a criação de mecanismos de verificação do cumprimento pelos policiais dos horários de trabalho e descanso, estabelecidos na escala.</p> |
| 3. Setor responsável pela implementação | Núcleo de Policiamento e Fiscalização |
| 4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento) | <p>a) Criação do Acompanhamento Gerencial de Serviço, doravante chamado AGS, que fica a cargo do Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos, que tem como finalidade assegurar e verificar, em todo o território nacional, a aplicação das disposições legais, dos atos e decisões das autoridades competentes e as convenções, no que concerne ao exercício das atividades operacionais e administrativas dos policiais rodoviários federais e demais servidores do IDPRF.</p> <p>“b” e “c”) Está em funcionamento o controle sobre as atividades desempenhadas pelos policiais, de onde se aferem com exatidão os indicadores de desempenho da regional, quais sejam: I- percepção de segurança; II- taxa de variação de acidentes; III- taxa de mortalidade e IV- procedimentos de fiscalização. O indicador “procedimentos de fiscalização” é aferido pela quantidade de veículos fiscalizados, quantidade de pessoas fiscalizadas, testes de alcoolemia, auxílio a usuários da rodovia, dentre outras atividades desempenhadas pelo policial, dentro dessa sistemática há uma meta a ser cumprida por cada equipe de plantão, o cumprimento das metas estabelecidas para cada policial é a base para a avaliação de desempenho individual (ADI), a ADI privilegia as ações e medidas preventivas e qualquer pontuação definida somente será considerada se houver, prioritariamente, o cumprimento das metas estabelecidas. Portanto, a ADI em conjunto com o Cartão Programa elaborado com base nas estatísticas elaboradas pelo Setor de Medicina Rodoviária, proporciona o estabelecimento de critérios de fiscalização aliados com as metas a serem alcançadas, que resultam em um controle concreto sobre a produção e eficiência do policial.</p> <p>d) Corroboramos com a afirmação de que a escala de serviço 24h X 72H não é a mais produtiva, porém convém salientar que devido a peculiaridade do serviço desempenhado pela PRF, os postos de fiscalização ficam em sua grande maioria distantes dos centros urbanos, locais escolhidos pelos servidores e sua família para</p> |

| | |
|--|--|
| | residirem, pois oferecem maior infra-estrutura, fazendo com que o policial gaste um período considerável nos deslocamentos de ida e volta ao local de serviço ou até a impossibilidade de deslocamento, tendo em vista a restrição dos horários dos transportes públicos, fatores esses que tornam inviável a aplicação da escala 12x24 e 12x48 no âmbito da regional. |
|--|--|

| | |
|---|---|
| 1. Número do Relatório | 208272 |
| 2. Descrição da Recomendação | <p>a) Providenciar a inclusão da Unidade no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP.</p> <p>b) Compor os processos de concessão de diárias, de todos os documentos exigidos pela legislação.</p> <p>c) Providenciar junto ao DPRF cópias das partes-diárias das viaturas utilizadas nos deslocamentos que resultem em pagamento de diárias, para anexação junto aos respectivos processos de concessão de diárias.</p> <p>d) Orientar previamente os beneficiários de diárias quanto a necessidade de anexação de cópias de comprovantes de participação nos eventos e atividades ocorridas durante o período de concessão, sob pena de devolução dos valores correspondentes às diárias recebidas, conforme dispõem o art. 3º da Portaria MPOG nº 98, de 16.07.2003, e as Normas de Serviço EO-01-A e EO-02-A, de 05.08.1998, do Ministério da Justiça.</p> |
| 3. Setor responsável pela implementação | Núcleo Administrativo e Financeiro |
| 4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento) | <p>a) A Unidade foi incluída no Sistema de Concessão de Diárias de Passagens – SCDP.</p> <p>b) Com a utilização do SCDP, os documentos exigidos pela legislação são incluídos no sistema.</p> <p>“c” e “d”) Os servidores que realizam deslocamentos terrestres ou participam de eventos estão sendo instruídos a prestarem conta com cópias das partes diárias das viaturas e/ou dos comprovantes de participação nos eventos, anexando as cópias ao SCDP.</p> |

| | |
|---|--|
| 1. Número do Relatório | 208272 |
| 2. Descrição da Recomendação | Cumprir as disposições do art. 4º do Decreto nº 3.555/2000, o qual prevê que a licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas. |
| 3. Setor responsável pela implementação | Núcleo Administrativo e Financeiro |
| 4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento) | Esta recomendação tem sido aplicada nos procedimentos licitatórios, obedecendo aos princípios básicos aplicáveis nas Licitações e os correlatos, como a comparação objetiva das propostas. |

| | |
|------------------------------|---|
| 1. Número do Relatório | 208272 |
| 2. Descrição da Recomendação | Alíneas “a” e “b”) após o recebimento do orçamento da contratada, o gestor de transporte deve submetê-lo à ciência do gestor financeiro e do fiscal do contrato, evitando assim cobranças de preços incompatíveis com o contrato e o mercado, e |

| | |
|---|---|
| | posteriormente glosas de serviços prestados. c) Observar os ditames da Lei nº 8.666/93 no que concerne à instrução do instrumento contratual nas situações de rescisão unilateral. |
| 3. Setor responsável pela implementação | Núcleo Administrativo e Financeiro |
| 4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento) | “a” e “b”) O procedimento de pagamento das faturas foi alterado para que o gestor financeiro e o fiscal do contrato tomem ciência do orçamento autorizado antes da realização do pagamento. c) Esta Unidade, nos casos de rescisão contratual, observará os requisitos exigidos pela Lei 8.666/93. |

11.2. Determinações e recomendações do TCU

| | | | | | | |
|---|----------------|-----------|------|------|----------------------|--|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG: | |
| 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal / DF | | | | | 013428 | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida | |
| 01 | 014.825/2008-0 | 3211/2009 | | | | |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG: | |
| 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal / DF | | | | | 013428 | |
| Descrição da Deliberação: | | | | | | |
| 1.5. Determinações: | | | | | | |
| 1.5.1. ao 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal que: | | | | | | |
| 1.5.1.1. apresente ao Tribunal de Contas da União, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, memória de cálculo dos valores pagos indevidamente, inclusos no Grupo "E", referente à composição da planilha de preços para fins de repactuação do Contrato nº 01/2004 (processo n. 08675.001333/2007-18), celebrado com a empresa Patrimonial Ltda., abrangendo o período de 2005 a 2007, informando a este Tribunal, dentro do referido prazo, as providências adotadas com vistas ao ressarcimento dos valores pagos a maior; | | | | | | |
| 1.5.1.2. cumpra as recomendações exaradas pela Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União para as impropriedades constantes no Relatório de Auditoria de Gestão n. 208272, informando a este Tribunal as providências adotadas. | | | | | | |
| Providências adotadas | | | | | | |
| 1.5.1.1. Foram enviados os Ofícios n. 1449/2009, 1532/2009 e 2023/2009 com esclarecimentos sobre os valores a serem ressarcidos. Informamos que o recolhimento ao erário foi realizado e devidamente formalizado por meio de 14º Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2004, constante do Processo Administrativo nº 08.675.000.587/2008-91, o qual apresenta a memória de cálculo correspondente. | | | | | | |
| 1.5.1.2. Providências relatadas no Item 11.1 deste Relatório de Gestão. | | | | | | |
| Setor Responsável pela implementação | | | | | | |
| Núcleo Administrativo e Financeiro | | | | | | |
| Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento: | | | | | | |
| Adotada plenamente. | | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos | | | | | | |
| Regularização dos valores pagos referentes ao Contrato n. 01/2004. | | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor | | | | | | |
| A sobrecarga de trabalho no Núcleo responsável dificultou a regularização do Contrato, visto que foi necessário recalcular vários meses de pagamentos, desde 2005. | | | | | | |

12. Atos de admissão, desligamento, aposentadoria e pensões

Os atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, foram registrados no SISAC, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, conforme dados abaixo.

12.1. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

| ATOS | QUANTIDADE | REGISTROS NO SISAC Quantidade |
|---------------|------------|----------------------------------|
| Admissão | 0 | 0 |
| Desligamento | 6 | 6 |
| Aposentadoria | 2 | 2 |
| Pensão | 0 | 0 |

13. Informações do SIASG e SICONV

Declaramos que as informações referentes a contratos, convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados pelo 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV), conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Brasília, 30 de março de 2010.

FELIPE LINHARES LUSTOSA DA COSTA
Chefe do Núcleo Administrativo e Financeiro

14. Outras informações

14.1. Resultados do Núcleo de Policiamento e Fiscalização

INTRODUÇÃO

O 1º Distrito possui sob sua circunscrição 949,4 quilômetros de malha viária divididos em 8 rodovias, em uma regiões de grande complexidade tanto nas questões de trânsito quanto nas questões criminais. O Distrito Federal como centro atrativo econômico na região centro-oeste e o crescimento desordenado ao longo das rodovias federais na região do **Entorno** exige uma resposta apropriada por parte da PRF tanto no patrulhamento das rodovias quanto nas demais ações de combate ao crime. O núcleo de Policiamento e Fiscalização é responsável pela estrutura operacional do 1º Distrito no qual estão subordinados 5(cinco) postos, na parte administrativa possui o Setor de Multa e Penalidades, Setor de Planejamento Operacional, Setor de Estatística, a Comissão de Análise de Defesa da Autuação. A regional conta ainda com o serviço do Núcleo de Operações Especiais - NOE que realiza diversas operações pontuais em conjunto com o Grupo de Operações com cães - GOC. O fato de o Distrito Federal ser altamente permeado por rodovias federais, torna o leque de atuação da regional bastante extenso, indo desde o atendimento a usuários das rodovias à repressão dos diversos crimes, fazendo com que o policial tenha inúmeras atribuições no seu dia a dia.

RESULTADOS

Durante o ano de 2009 o efetivo operacional sofreu uma redução devido as convocações para operações nacionais, principalmente em razão da “Operação Galha Azul”, no estado do Paraná em virtude da decisão judicial de retomada de diversas rodovias à circunscrição Federal que ainda está em andamento. Diante disto segue os resultados operacionais de 2009.

- **Fiscalização de Trânsito**

| TIPO | Quantidade em 2008 | Quantidade em 2009 |
|------------------|--------------------|--------------------|
| AI's | 12.457 | 18.588 |
| Veículos Retidos | 2.238 | 2.296 |
| CNH Recolhidas | 942 | 1.002 |
| CRLV's Retidos | 1.528 | 2.025 |

- **Apreensões**

| Item | Unidade de medida | Quantidade em 2008 | Quantidade em 2009 |
|-----------------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
| Pessoas Detidas | Unidade | 621 | 601 |
| Maconha | Gramas | 4.440 | 466.328 |
| Cocaína | Gramas | 46.250 | 24.175 |
| Merla | Gramas | 5.660 | 1.100 |
| Crack | Gramas | 1.000 | 0 |
| CD/DVD's | Unidade | 25.000 | 2.475 |
| Cigarro | Pacote | 0 | 50 |
| Combustíveis | Litro | 0 | 0 |
| Informática | Unidade | 2.368 | 2.215 |
| Eletrônicos | Unidade | 17.267 | 2.228 |
| Medicamentos | Unidade | 0 | 7.091 |
| Armas | Unidade | 44 | 79 |
| Munições | Unidade | 527 | 427 |
| Animais Silvestres | unidade | 46 | 1.221 |
| Veículos Recuperados | unidade | 142 | 125 |

- **Acidentes**

| | | |
|-------------------------------|---------------------------------|---------|
| TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES | Meta: Acidentes/1.000.000 Veic. | 44,255 |
| | Realizado | 45,995 |
| | % Atingida | 96,22% |
| TAXA DE MORTALIDADE | Meta Mortos/1.000.00 Veic. | 2,99 |
| | Realizado | 2,600 |
| | % Atingida | 115,09% |
| PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO | Meta | 84.456 |
| | Realizado | 84.447 |
| | % Atingida | 99,99% |

A regional conseguiu atingir as metas estabelecidas, ficando pendente apenas a taxa de variação de acidentes que ficou abaixo em apenas 3,78% do estipulado. Tais resultados foram possíveis devido a identificação dos pontos críticos de acidentes com base no levantamento dos dados históricos da regional, fato que resultou numa melhor gestão de metas e resultados, podendo dessa forma realizar um monitoramento dos pontos deficientes. Pode-se notar um aumento na fiscalização de trânsito em relação a 2008 nos principais itens, devido o investimento em tecnologia como a aquisição dos talões eletrônicos.

Em relação às ações de combate ao crime, houve diferenças nas apreensões de droga em relação à 2008, com aumento e diminuição das quantidades, entretanto o motivo deste fato refere mais em virtude da sazonalidade deste crime que da efetividade na fiscalização. A diminuição das apreensões de eletrônicos, CD's e DVD's em 2009 é resultado de uma redução nas operações conjuntas por parte da Receita Federal.

Não obstante, cabe ressaltar que inúmeros fatores contribuíram negativamente com os resultados da regional, entre os fatores principais estão as obras de duplicação e conservação das BR's 020,060 e 070 , obras necessárias que porém durante a sua realização obstrui o trânsito e apesar da sinalização resultam em acidentes.

Principais ações operacionais desenvolvidas

Operação Transporte Pirata I, II, III, IV, V

Descrição: Reforçar a fiscalização do transporte coletivo de passageiros, combatendo o transporte irregular, de modo a torná-los mais seguros e eficientes;

Operação Feriados

Descrição: Implementar reforço de policiamento e fiscalização de trânsito visando à prevenção dos acidentes de trânsito e o aumento da segurança nas rodovias federais nos feriados de 2009;

Operação Baco I, II, III

Descrição: Operação específica para coibir a ingestão de bebidas alcoólicas e substância psicoativa pelos motoristas que trafegam na área de atuação do 1º DRPRF/DF;

Operação Acostamento seguro I, II, III, IV, V

Descrição: Implementar reforço de policiamento e fiscalização de trânsito visando à prevenção dos acidentes de trânsito e o aumento da segurança nas rodovias federais;

Operação Cristalina

Descrição: Implementar reforço de policiamento e fiscalização das rodovias federais sob circunscrição do 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal visando evitar e combater o assalto a ônibus;

SETOR DE MULTAS

No ano de 2009 foi realizado a instrução e controle processual de mais de 2500 processos, como se pode observar pela “Tabela 1” fornecida pelo Protocolo, que mostra a quantidade de processos abertos no ano de 2009 por esta Regional. Os valores constantes nessa tabela devem ser somados ainda aos processos abertos em outras regionais e que tratam de autuações realizadas no âmbito do 1º DRPRF, sendo, desta forma, movimentados para o SMP para que faça a triagem e dê o tratamento adequado a cada caso.

| Tipos de processo: | Quantidade: |
|----------------------------|--------------------|
| Recurso de multa | 2589 |
| Trans. de Responsabilidade | 25 |
| Ressarcimento de Multa | 10 |
| Conductor Infrator | 10 |
| Cancelamento de AI | 55 |
| AI's inutilizados | 1 |
| AI's Inconsistentes | 3 |
| Total: | 2693 |

Tabela 1: Processos abertos 2009

Importante ressaltar que os processos, em sua grande maioria, tramitam pelo SMP mais de uma vez. A primeira vez é logo após a sua abertura ou envio pelo protocolo, momento este em que é analisado e enviado para o seu devido destino, seja CADA, JARI, NAF ou outro núcleo qualquer. Posteriormente, esse mesmo processo tramita pelo SMP para ser conferido a sua conclusão, lançado o resultado no Sistema de Multas, no caso da CADA ou JARI, e, somente após isto, ser enviado para arquivo.

A quantidade de autuações lavradas pelo 1º DRPRF em 2009, conforme a “Tabela 2” abaixo, nos permite concluir que a implantação do talão eletrônico, ocorrido no ano de 2008, resultou em uma redução considerável na utilização de talonários físicos (8274 em 2007 - 2780 em 2009), gerando assim uma economia na confecção de talonários e uma maior eficiência e celeridade no processo de autuação, uma vez que, utilizando-se de sistemas móveis, o policial ao lavrar um auto de infração efetua a inserção deste auto no sistema de multas automaticamente. O talão eletrônico também diminuiu a quantidade de autuações inconsistentes, pois o sistema faz a

conferência dos dados do veículo e condutor no momento em que está sendo efetuado a abordagem e informa ao agente autuador os dados inconsistentes, permitindo que este faça a correção dos dados e salve o auto apenas quando não for apontada nenhuma irregularidade.

| Quantidade de Infrações | | | | |
|--------------------------------|-------------------|---------------|--------------|------------------------------|
| Ano da Infração | Eletrônico | Padrão | Radar | Talonnário Eletrônico |
| 2007 | 3089 | 8274 | 9268 | |
| 2008 | 6327 | 5918 | 23855 | 212 |
| 2009 | 6293 | 2780 | | 9515 |
| Total geral | 15709 | 16972 | 33123 | 9727 |

Tabela 2 – Quantidade de infrações por tipo de auto.

B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**1. Declaração do contador responsável**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

| DECLARAÇÃO DO CONTADOR | | | |
|--|-------------------|----------------------|---------------------|
| DECLARAÇÃO COM RESSALVA | | | |
| Denominação completa (UJ): | | Código da UG: | |
| 1ª DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/DF | | 200141 | |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | | | |
| Local | Brasília-DF | Data | 04 de março de 2010 |
| Contador Responsável | José Carlos Gomes | CRC nº | DF 9.261/O-7 |

José Carlos Gomes
 CCONT/OPROG/SEM
 Coordenador

2. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis

Não aplicável à natureza da Unidade.